

Keynes: Um “Liberal Revolucionário”

**História, Política, Estado e as Propostas de Reorganização Institucional do Capitalismo
1919-1936**

**PARTE 2: As críticas, sua absorção e a reafirmação
da atualidade do “Projeto Keynes”**

Leonardo Burlamaqui
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Levy Economics Institute – New York
2020

Resumo

A primeira parte do ensaio examina o projeto de reorganização institucional do capitalismo forjado por Keynes entre 1919 e 1936, que chamo de “Projeto Keynes”, e busca mostrar que o mesmo é, tanto do ponto de vista teórico quanto em termos *programáticos*, amplamente positivo. Isto porem não significa que não suscite perguntas ou possa ser considerado acima da critica. É sabido que existem lacunas no pensamento de Keynes. Essa segunda parte do ensaio trata de examinar duas vertentes de críticas, pertinentes, ao “Projeto Keynes”, por parte de Schumpeter e de neoliberais como Olson e a abordagem do *Public-choice*, as quais revelam lapsos na formulação de Keynes. As mesmas são discutidas, parcialmente incorporadas, mas rebatidas do ponto de vista da invalidação do mesmo. A conclusão do trabalho aponta para a relevância contemporânea do “Projeto Keynes”, e para a necessidade do seu resgate e atualização.

Abstract

The first part of the essay examines Capitalism’s institutional restructuring project forged by Keynes between 1919 and 1936, which I call “The Keynes Project ” and seeks to show that it is both from a theoretical and programmatic point of view, largely positive. This does not mean, however, that the “Keynes Project” does not raise questions or can be considered above criticism. It is known that there are gaps in Keynes' thinking. This second part of the essay tries to examine two aspects of criticism, pertinent, to the “Keynes Project”, by Schumpeter and neoliberals like Olson and the Public-choice approach, which reveal gaps in Keynes's formulation. They are discussed, partially incorporated, but refuted from the point of view of its invalidation. The conclusion points to the contemporary relevance of the “Keynes Project”, and to the need for its rescue and updating.

JEL CODES: B15, B25, E02, E61, H10, N40, O11, P 16.

<https://orcid.org/0000-0002-6644-1373>

**PARTE 2: As críticas, sua absorção e a reafirmação
da atualidade do “Projeto Keynes”**

ÍNDICE

1- Introdução	2
2- – Eliminação da escassez e destruição criadora: as críticas de Schumpeter e Bell.	4
3- Mercados políticos e <i>falhas de governo</i>: da crítica de Schumpeter à concepção “Clássica” de democracia à <i>ameaça</i> do Public-Choice ao Projeto Keynes.	7
4- Coalizões distributivas e estagnação econômica: a tese de Olson e o desafio neoliberal ao “Projeto Keynes”.	12
5- Conclusão.	16
Referências.	19

1-Introdução¹

Deve ter ficado clara para o leitor, na primeira parte do ensaio, minha simpatia e admiração pelas ideias do autor da *Teoria Geral*. Se não ficaram, quero explicitá-la agora, com todas as letras. Creio que seu legado, tanto teórico quanto *programático*, é amplamente positivo. Isto porem não significa, é óbvio, que o mesmo não suscite perguntas ou possa ser considerado acima da crítica. É claro que existem lacunas no pensamento de Keynes, que escapam ao escopo deste trabalho.

Não obstante, é preciso discutir brevemente dois pontos no “projeto Keynes”, que demandam retificação: o primeiro se refere à visão do autor acerca da dinâmica do processo de acumulação de capital e sua relação com o problema da eliminação da escassez, em especial sua pouca atenção ao papel das inovações e da concorrência no processo de recriação de uma “escassez relativa”. A questão é central tanto no diagnóstico quanto nas propostas do autor para a reorganização institucional do capitalismo. O segundo diz respeito à sua concepção de democracia e de seu impacto nas possibilidades da administração “racional-esclarecida- eficiente” do capitalismo.

A “insuficiência” da formulação de Keynes nesse segundo ponto constitui, de fato, uma ameaça ao seu projeto, e uma abertura para a crítica neoliberal, como o demonstram as – bem-sucedidas – investidas do *Public-choice* (Buchanan, Wagner e Tullock em particular) e a abordagem de Mancur Olson, nos dois livros que o consagraram². Essa segunda parte do ensaio trata de examinar as críticas, pertinentes, a essas duas lacunas na formulação de Keynes. As mesmas são discutidas, parcialmente incorporadas, mas rebatidas do ponto de vista da invalidação do “Projeto Keynes”. A conclusão do trabalho aponta para a sua relevância contemporânea, e para a necessidade do seu resgate e atualização.

2 – Eliminação da escassez e destruição criadora: as críticas de Schumpeter e Bell.

Há um autor em particular que oferece material para fazê-lo: Joseph Schumpeter, seu contemporâneo, admirador, mas também crítico intransigente. A obra de Schumpeter traz consigo objeções de natureza tanto “econômica” quanto “política”, endereçadas a Keynes. É sobretudo nas páginas do seu livro de 1942; *Capitalismo, Socialismo e Democracia* que se pode resgatar as mais importantes. Discutirei duas delas, uma relativa a teoria econômica, e outra referente ao entrelaçamento de sua proposta de intervenção econômica com o funcionamento da *política democrática*. Daniel Bell Samuel Brittan as tomam como fonte de inspiração e suas ideias serão introduzidas de modo a complementar a crítica de Schumpeter.

A primeira questão tem a ver com as bases teóricas da *hipótese da maturidade econômica* feita por Keynes. Elas seriam, segundo Schumpeter, equivocadas *nos termos em que foram propostas*. De fato, a tese da “saturação de capital” deve ser considerada com reservas. Ela parece residir numa concepção de *investimento como um “once for all process”*, cujo caráter cumulativo tenderia a levar o sistema a uma margem progressivamente menor

¹ Dedico esse ensaio a Fernando Cardim de Carvalho, mestre, fonte de inspiração intelectual e amigo que deixa saudades.

² “The Logic of Collective Action” e “The Rise and Decline of Nations”.

de ampliação - valorização do estoque de riqueza existente. São curiosas, incidentalmente, as semelhanças entre esta concepção e a de Marx, contida no terceiro volume do *Capital* e, associada a "elevação da composição orgânica do capital" (cf. Marx, 1894, parte 3, caps. 13-15). Embora os mecanismos pelos quais se chega ao resultado difiram, ambos os autores parecem ver *no investimento, a longo prazo, um processo de destruição da rentabilidade do capital* (cf. Bell: 1960 para essa mesma linha e argumentação, e Heilbroner: 1984, o qual converge com a mesma).

Em Keynes, é perceptível que estamos frente a uma consideração do investimento muito mais como *adição permanente à capacidade produtiva existente do que como acréscimo a demanda efetiva*. É fato também, que não parecem ser claras para o autor, quer a dinâmica de crescimento dos setores produtivos localizados na base do sistema econômico – infraestrutura por exemplo- e sua capacidade de gerar *mercados endógenos*³, os quais independem da distribuição de renda⁴, quer a dimensão de *destruição criadora* da concorrência intercapitalista⁵.

Aqui, torna-se obrigatória a menção ao capítulo 7 de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. A hipótese analítica que lhe serve de base é a da consideração das inovações e da tecnologia como um "oceano de possibilidades" no que diz respeito a oportunidades de investimento, ou, no dizer de Schumpeter, "*um mar não-mapeado de oportunidades econômicas*" (Schumpeter, 1942, p. 155). A associação entre investimento e inovação, e sua concepção como processo de "destruição criadora", permite a Schumpeter a explicitação *do seu impacto rejuvenescedor sobre a estrutura produtiva existente*.

Isto, por sua vez, afeta claramente a hipótese da *saturação do capital*. Schumpeter é eloquente a este respeito quando polemiza com as *teses estagnacionistas* então em voga nos EUA e (indiretamente) com Keynes no capítulo 10 da segunda parte do seu livro em questão. Ao criticar a ideia da constituição da estrutura produtiva capitalista como um "once for all process", ele escreve:

"Isso, argumentam ..., realizou-se no século XIX. Enquanto isso acontecia, criavam-se incessantemente novas demandas por bens de capital; daí por diante, entretanto, não se contando as adições, só permanece a demanda para substituição. O período de construção do esqueleto produtivo capitalista será assim, afinal de contas, um *intermezzo único*, caracterizado pelo fato de que a economia capitalista, distenderia todos os nervos para criá-lo, equipando-se dessa forma, para o propósito de produzira uma taxa que agora é impossível manter".

Sua crítica é sintética, mas poderosa:

"Essa é, na verdade, uma descrição verdadeiramente surpreendente do processo econômico. ...As adições ao esqueleto produtivo capitalista em regra, *competem* com o equipamento existente. Elas destroem *a utilidade econômica desse último*.

³ A expressão é de Tugan- Baranovsky.

⁴ O fato de o Brasil ter sido um dos três países que mais cresceu, no mundo entre 1930 e 1980 – os outros dois foram o Japão e União Soviética - e de ter sido – e ainda ser – um dos países com pior distribuição de renda no planeta corrobora empiricamente o conceito.

⁵ Há uma referência obrigatória aqui a Marx. Não cabe dúvida que tanto Tugan quanto Schumpeter nele se inspiraram para desenvolverem esta linha de reflexão. Obviamente, não no Marx da "Lei de tendência à queda na taxa de lucro do terceiro volume do Capital, mas, especificamente, no Marx dos capítulos 13 e 22 do primeiro volume do Capital, onde ele retoma brilhantemente sua concepção "Tudo que é Sólido Desmancha no Ar" das seções 1 e 2 do *Manifesto*.

Portanto, a tarefa de produzir equipamento *nunca é resolvida de uma vez por todas*". (ibid. p. 156, grifos meus).

Numa outra passagem, dirigindo-se desta vez principalmente a Alvin Hansen, observa:

"A conquista do ar pode muito bem ser mais importante do que a conquista da Índia. Não devemos confundir as fronteiras geográficas com as econômicas" (ibid. p. 154).

A força dos argumentos de Schumpeter é inegável. Teoricamente sólidos e historicamente convincentes, explicitam um viés "estagnacionista" em Keynes, ou mesmo "Ricardiano- Marxista" se tomarmos o termo na sua dimensão de *pessimismo tecnológico*; na concepção de longo prazo dos efeitos do investimento sobre a rentabilidade do capital. Em uma frase: a adoção implícita de uma "lei dos rendimentos decrescentes do capital" que subestima grosseiramente os efeitos das inovações no processo de recriação da escassez relativa, e, portanto, na manutenção da rentabilidade do capital.

Daniel Bell reforça essa proposição:

"Keynes tratava de fenômenos cujo âmbito está limitado pela sua premissa de que as técnicas de produção não se modificam. Para Schumpeter, o fato decisivo era justamente o de que no sistema capitalista as técnicas de produção se modificam rapidamente.... o sistema capitalista só pode continuar se mantiver a recompensa pelo esforço do empreendedor" (1960: p 70).

A outra ponta da hipótese da maturidade é igualmente problemática. Trata-se da saturação vista pelo lado da demanda de consumo: seu saciamento. A sugestão de um limite para os desejos dos consumidores. Tal proposição escora-se, em Keynes, na sua "*lei psicológica fundamental*" a qual, quem sabe, não se inspirou na conhecida proposição neoclássica da utilidade marginal decrescente no consumo de uma *dada* cesta de bens. O problema aqui, reside justamente, neste termo *dada*, na medida em que, como também salientou Schumpeter, uma das características centrais do capitalismo é a diferenciação contínua de produtos e a *destruição criadora também dos desejos e pautas de preferência dos consumidores* (Schumpeter, 1942, pp. 149-150 e 484-87).

O problema também pode ser visualizado por outro ângulo: Keynes parece ter subestimado, também, tanto a capacidade inovativa do capitalismo em termos de "*marketing*", quanto a "*racionalidade limitada do consumidor*". Ambos se conectam na história recente do capitalismo, com algo próximo a uma inversão da "*lei psicológica fundamental*". O "Too Much Stuff" resultante do consumismo contemporâneo (Yamamura: 2018), e o endividamento pessoal parecem ter substituído a prognose Keynesiana de uma correlação negativa entre crescimento renda (pessoal) e propensão a consumir (Nesvetailova: 2007, Feierstein :2012).

O que importa notar é que não há, partindo-se desta outra concepção - Schumpeteriana - de investimento e de concorrência, qualquer *razão teórica* para se postular quer a "*lei psicológica fundamental*" quer um limite inflexível para os desejos de uma comunidade (Schumpeter, 1942, pp. 150-151). E, acrescento, isso é válido inclusive para uma população em declínio.

Pois bem, o problema envolvido no anterior é, a meu juízo a confusão, presente em Keynes, entre resolução do problema de escassez (isto é, a possibilidade de saciamento das necessidades absolutas de uma população ou sociedade) e saturação de desejos e oportunidades de investimento. Uma inequação que ele encara como equação. Na realidade, um argumento bem mais plausível é o de que uma "sociedade da abundância" pode ser

infinitamente mais contaminada por *aspirações crescentes de consumo* e "auto propelida" para o desenvolvimento tecnológico, do que outra ainda aferrada quer aos "grilhões da escassez", quer a uma eficiência marginal do capital nula (Bell: 1976, Heilbroner: 1984).

Por fim, mas fundamental, não há qualquer razão teórica para que a "sociedade da abundância" esteja associada à uma "eficiência marginal do capital" nula. Aliás, seria difícil entender a sua *estabilidade* se tal fosse o caso. Em síntese: a inserção do "paradigma da destruição criadora" de Schumpeter no argumento de Keynes não compromete a hipótese da sociedade da abundância. Muito pelo contrário, a reforça. O problema a ser confrontado, no entanto, se torna o levantado por Skidelsky & Skidelsky: "How much is enough? (Skidelsky, R & Skidelsky, E: 2011). Isto é, o da percepção de que a "abundância" é um conceito relativo e não absoluto, e que cabe à sociedade e ao Estado "organizar" a distribuição da riqueza abundante e limitar a especulação financeira inevitavelmente à espreita, quando da sua realização.

Há, porém, "um Keynes Schumpeteriano", mas despido do pessimismo sociocultural que marca a prognose de Schumpeter de 1942, que pode, e deve, ser resgatado. É o Keynes que do *The economic possibilities of our grandchildren*, já discutido. No texto de 1930, o que percebemos é que *há uma tese da maturidade econômica, entendida como "conquista da abundância", mas a mesma é dissociada da questão da "saturação do capital" expressa como tendência declinante da sua eficiência marginal*. Pelo contrário, o que surge como a face mais pronunciada do seu texto é a explicitação de uma problemática rigorosamente contemporânea: a de como organizar as relações entre emprego-trabalho-lazer numa sociedade tecnologicamente avançada e apontada para progressos cada vez maiores. O parentesco deste Keynes é não com Rosa Luxemburgo, Ricardo ou Alvin Hansen, mas com Stuart Mill, Daniel Bell e, principalmente, como já assinalei e quero sublinhar, com Schumpeter e André Gorz⁶.

3- Mercados políticos e falhas de governo: da crítica de Schumpeter à concepção "Clássica" de democracia à ameaça do Public-Choice ao Projeto Keynes.

A segunda questão que quero levantar relaciona-se, com o *funcionamento político* de tal sociedade. O tema da "ingenuidade político-estratégica" de Keynes reaparece aqui. Já houve quem localizasse nesta esfera uma insuficiência nos escritos de Keynes, apontando a sua pouca atenção aos "aspectos políticos do pleno emprego". Invariavelmente os nomes de Kalecki (quando a voz vem da esquerda) ou Hayek (quando emana da direita) são invocados para lhe dar "lições" neste particular (Marramao 1982, Introdução). Não me parece que esse seja o ângulo mais apropriado para dirigir-lhe críticas, pois sua percepção dos problemas ali envolvidos é aguda, e rigorosamente convergente com a de Kalecki. No mesmo ano em que o economista polaco publicava seu artigo sobre a questão do pleno-emprego (1943), o autor da *Teoria Geral* escrevia (para Frank Graham) formulando a seguinte questão⁷:

"How much otherwise avoidable unemployment do you propose to bring about in order to keep the trade unions in order? Do you think it will be **politically possible**

⁶ A rediscussão desse texto de Keynes foi objeto de um fascinante debate em 2008, o qual merece ser consultado (Pecchi and Piga eds: 2008).

⁷ E, portanto, invertendo a questão explorada por Kalecki em 1943, na medida que põe o problema da ótica dos sindicatos dos trabalhadores ao invés dos patronais.

when they understand what you are up to do? (Keynes 1943, citado in Cairncross: 1978, p. 57, grifo meu)

No fim do mesmo ano, explicava:

"The task of keeping efficient wages reasonably stable (I am sure they will creep up steadily in spite of our best efforts) is a *political rather than an economic problem*" (ibid. grifo no original).

Em 1945, escrevia, em tom um tanto enigmático, uma espécie de desafio às suas próprias prescrições:

"One is also, simply because one knows no solution, inclined to turn a blind eye to the wages problem in a full employment economy" (ibid).

Como se percebe, não é possível acusar Keynes de ignorância do problema dos "aspectos políticos do pleno emprego", ou, posto de outra forma, para a questão do poder dos "grupos de pressão" no capitalismo que analisava. Keynes não inventou nem os grupos de pressão nem as tendências ao corporativismo, apenas os reconheceu como traços relevantes de uma nova institucionalidade que deveria ser "organizada". O que se pode dizer, sim, é que não tinha na "manga" uma solução instantânea, ou ideal, para tal. Isto é verdade, mas a questão por ele discutida não foi equacionada. Permanece de pé. O que frequentemente é esquecido, é que "a terapia keynesiana" permitia lidar com uma dificuldade real e inquestionável do capitalismo à época: *a da sua sobrevivência econômica num contexto de preservação da democracia*⁸.

No outro extremo do espectro político, Von Mises não precisou esperar pela Teoria Geral ou pelo Employment act para de pronunciar. Em 1931 ele já diagnosticava a crise em que vivia como fruto da expansão do *Sozialstaat* (Mises: 1931 in Mises: 2006, cap. 3). Para Keynes (e Roosevelt, cabe sublinhar), pelo contrário, essa expansão da esfera pública era condição sine-qua-non da compatibilização entre capitalismo corporativo, coalizões distributivas e democracia. Keynes, repito, reconheceu as tensões políticas inerentes à representação coletiva de interesses conflitivos, e tentou produzir um *framework* para sua organização.

Ha, contudo, no anterior, um flanco por onde a crítica pode avançar, e o fez: Trata-se da concepção de funcionamento da democracia, e da lógica da ação coletiva a ela associada, implícitos no pensamento de Keynes. O ponto crítico aí consiste nas suas implicações para a *racionalidade da política econômica*. A crítica por esta via *não* torna inexorável o

⁸ Que sua "terapia" não era "tecnologia proprietária" de estados democráticos, Keynes o sabia muito bem. E o torna explícito no polêmico, prefácio à edição alemã da Teoria Geral. "[...] For I confess that much of the following book is illustrated and expounded mainly with reference to the conditions existing in the Anglo-Saxon countries. Nevertheless, the theory of output as a whole, which is what the following book purports to provide, is much more easily adapted to the conditions of a totalitarian state [the German text carries the official expression: Totaler Staat], than is the theory of the production and distribution of a given output produced under conditions of free competition and a large measure of laissez-faire. This is one of the reasons which justify calling my theory a General [emphasis in the original] theory. Since it is based on less narrow assumptions than the orthodox theory, it is also more easily adapted to a large area of different circumstances. Although I have thus worked it out having the conditions in the Anglo-Saxon countries in view—where a great deal of laissez-faire still prevails—it yet remains applicable to situations in which national leadership [staatliche Führung] is more pronounced". (Keynes cit. por Schefold: 1980). Isso, entretanto não deve obscurecer o fato de que Keynes oferece, como já assinalado, uma **teoria** e um **conjunto reformas institucionais e medidas de política econômica e reformas institucionais** capazes de preservar tanto o capitalismo quanto a democracia em uma época em que ambos estavam na defensiva. Nessa complexa tarefa, não teve rival.

cancelamento do “Projeto Keynes”, mas implica certamente sua problematização. Esta tarefa, Schumpeter também se incumbiu de realizar. Tenho pouco o que fazer além de resgatá-lo.

A despeito de sua convicção platônica de superioridade do governo pelos sábios, a concepção de democracia presente em Keynes é a *clássica*, sumarizada por Schumpeter na seguinte definição:

"O método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o *bem comum* fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar *a vontade geral*" (Schumpeter 1942, p. 313, grifos meus).

As suposições que fundamentam tal concepção são também resumidas por Schumpeter: 1) de que há tal coisa o "bem comum", o qual se equaciona com a "vontade do povo", 2) de que esse "bem comum" implica respostas definidas a todas as perguntas, de modo que todo fato social e toda medida tomada, ou a ser tomada podem, inequivocamente, ser classificadas como boas ou ruins. 3) De que a única coisa que, presumivelmente, pode trazer discordância, exceto estupidez e interesses sinistros, e responder pela presença de uma oposição, e a diferença de opinião quanto à velocidade em que o objetivo, ele mesmo comum a quase todos, deve ser alcançado. 4) De que os membros da comunidade conscientes de tal objetivo, conhecendo seu próprio pensamento, discernindo o que é bom do que é ruim, tomam parte ativa e responsavelmente, na ampliação do primeiro e na luta contra o segundo, e que, também juntos, assumem o controle dos negócios públicos. Finalmente, de que há uma classe ou grupo de especialistas "iluminados" e desinteressados (daquilo que não seja o bem comum) capazes de implementar as medidas a ele conducentes.

Samuel Brittan, ecoando a perspectiva schumpeteriana, nos oferece uma comprimida, mas eficiente, indicação da sua presença no pensamento de Keynes:

"He took it for granted that decision would ultimately be made by a small group of the educated bourgeoisie, who were inspired by a disinterested concern for the public good. He assumed that wrong decisions were taken out of intellectual error or, at worst, narrowness of vision; and that if the correct ideas were promulgated with sufficient clarity and vigor, they would eventually win the day" (Brittan 1977, p 41-42)⁹.

A implicação mais importante a ser retirada do anterior é a assunção de uma sincronia relativamente forte entre o funcionamento das esferas econômica e política no capitalismo maduro e devidamente "racionalizado e reorganizado". Vale dizer, a desconsideração, por parte de Keynes, de um tema central na sociologia econômica Weberiana: o do *conflito de racionalidades* no capitalismo moderno (cf. os ensaios em Whimster and Lash, eds,1987). Keynes o tangenciará, como vimos, em 1943-45, mas em correspondência privada, e de modo lateral aos seus escritos fundamentais.

A crítica ao anterior, reproduzida por um bom número de autores entre os quais, como já referido, Bell, Buchanan, Wagner, Tullock e Brittan, embora sem a profundidade e o ceticismo de Weber quanto à sua possibilidade de resolução (cf. Beetham: 1985 e Whimster and Lash, eds,1987), já se encontrava em Schumpeter e ocupa cerca de quarenta páginas no livro de 1942 (cf. Schumpeter, caps. 21 e 22). Não vamos reproduzi-la, diremos apenas que se escora em três elementos, a saber, a refutação da existência de algo como "bem comum", a colocação em relevo de que mesmo que existisse, isso não implicaria respostas igualmente

⁹ Bell (1960) antecipa essa perspectiva, embora não a explorando de modo analítico.

definidas para as questões isoladas, e, em função das duas proposições anteriores, na negação também da existência de uma abstrata "vontade do povo" ou "geral" que possa servir de bússola para as medidas a serem tomadas.

Esta concepção de democracia, presente em Keynes, chamemo-la "*ingênua*" no momento, mas com direito a retificações adiante, Schumpeter substitui por uma outra que define como:

"(um).... método institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população" (Schumpeter 1942, p. 336).

Essa "outra" definição de democracia proposta por Schumpeter implica um questionamento radical, do ponto de vista dos condicionantes políticos, à operacionalização das propostas de Keynes quanto a reorganização institucional do sistema. A "democracia schumpeteriana" implica, como resumido por Brittan, na consideração do processo político com "a political marketgoverned by the self-interest of politicians, officials and voters" (Brittan 1977, p. 41). Esse novo prisma obriga a um outro olhar tanto para o funcionamento da política, quanto para a sua harmonização com a administração econômica "eficiente". Brittan é, mais uma vez, eloquente a respeito:

"The political marketplace is characterized by the pursuit of self-interest by large groups, where (the) personal budget constraints are absent. Electors can rather more easily demand an increased slice of the cake without any agreement on the part of those who are supposed to have the thinner slices. The costs of the handouts...will not necessarily accrue to the groups who benefit from them. In each individual case... There is a strong incentive for the interest group to press its demands as forcefully as possible without any real discipline on the sum total of interest-group demands (Brittan 1977, p. 45).

As implicações dessa concepção são profundas. Do ponto de vista dos partidos políticos (e dos grupos de pressão que os financiam), a racionalidade funcional ao objetivo da maximização de votos é igualmente perversa, e complementar à dos grupos de pressão em geral: é eficiente, *do ponto de vista da racionalidade político-eleitoral*, que eles atendam as demandas dos grupos mais numerosos e/ou melhor organizados o que *não necessariamente* se coaduna que com a estratégia mais eficiente quanto ao progresso econômico, quer com os interesses dos demais grupos. O conflito de racionalidades aí explicitado é cristalino.

É precisamente por essa via que a ameaça ao "Projeto Keynes" se materializa e ganha corpo nas obras de Gordon Tullock, James Buchanan, Richard Wagner, Robert Tollison as quais fundam o "Public-Choice", uma abordagem que propõe uma "análise econômica da política" que vai de encontro à perspectiva de Keynes e prepara o terreno para a disseminação da ideologia neoliberal.

Já em 1944 Hayek declarava no seu clássico *The Road to Serfdom*, reagindo aos novos leviatãs europeus, mas também a Keynes, que... "By giving the government unlimited powers, the most arbitrary rule can be made legal; and in this way a democracy may set up the most complete despotism imaginable." Essa avenida seria refinada pelos fundadores do Public-Choice. Em 1977 Buchanan e Wagner publicam um panfleto cujo título já suscita atenção. "Democracy in deficit: The political legacy of Lord Keynes". A abertura do texto anuncia seu propósito:

"Hobart Paper 78 presents a new critique of Keynes. It is concerned not so much with the accuracy of his economics as with the realism of his politics" Its subject is not

whether Keynes was right as a technical economist in establishing the instability and inherent under-employment of the market economy, but whether the instrument he devised to make it stable, budget deficits, could be used by politicians in representative democracy to serve the purpose he intended (Buchanan & Wagner, 1977, p.1)

O argumento central é exposto com clareza. A mensagem de Keynes é corretamente capturada pelos autores que a dividem em duas frentes fundamentais: a primeira destacando o caráter inerentemente instável do sistema econômico, e a segunda postulando que caberia ao Estado mitigar essa instabilidade, através do uso de instrumentos de política econômica (Buchanan & Wagner: 14). É a partir daí, entretanto, que se constrói um ataque frontal ao projeto como um todo:

“While the idealized setting for the symmetrical application of Keynesian economic policy is familiar, the political setting within which the policy is to be formulated and implemented is much less familiar....There was little awareness that the dictates of political survival might run contrary to the requirements of macroeconomic engineering”(Buchanan & Wagner, p. 17).

Ao que, aduzem:

“But what happens when we make non-Keynesian assumptions about politics? What if we commence from the assumption that elected politicians respond to pressures emanating from constituents and the state bureaucracy...? while there is little political resistance to budget deficits, there is substantial resistance to budget surpluses. Hence, fiscal policy will tend to be applied asymmetrically: deficits will be created frequently, but surpluses will materialize only rarely” (Buchanan & Wagner, p. 18).

A conclusão de ambos é ferina:

“Keynes 'turned the politicians loose', he gave them the excuse to overspend overborrow and create money; and they have run amok (Buchanan & Wagner, p 27)”.

Uma vez aceitos, esses argumentos têm profundas implicações. Programas de governo construídos sob esse cálculo político tendem a ter como pano de fundo os programas dos partidos adversários, sendo montados para superá-los na atração de votos. A regra facilmente passa a ser “o céu é o limite”, e seu resultado mais flagrante, o de que a administração econômica fique sujeita a uma lógica perversa que emana do sistema político. Nestas condições, quanto maior o poder dos policy-makers, “excessivamente leais” ou submetidos às pressões de algum partido - ou grupo de pressão- mais grave pode se tornar o problema¹⁰

A questão é pertinente e, como já é evidente ao leitor, estamos diante de um debate absolutamente contemporâneo: o da possibilidade de “captura do Estado”, por grupos de interesse organizados e politicamente influentes, e suas implicações tanto sobre a distribuição da renda e riqueza, quanto para a sua criação. Tal ocorrendo, é óbvia a possibilidade de consequências nefastas para o “projeto Keynes”, na medida em que a racionalidade econômica que emana de suas propostas – pautadas pelo interesse público -

¹⁰ Beetham: 1985, explorando a perspectiva weberiana, é particularmente elucidativo a esse respeito.

pode ser sabotada na medida em que é submetida às *demandas e pressões de interesses privados cuja racionalidade pode colidir com o interesse público*. É essa precisamente essa a base da argumentação de Brittan e do ‘Public-choice’ (Brittan: 1977, Buchanan & Wagner: 1977, Buchanan and Tullock. 1977).

Mais que isso, encontramos-nos frente a um questionamento da compatibilidade entre capitalismo e “partidos e democracia de massas” (Brittan 1977, Huntington 1968). A controvérsia acerca deste último ponto não é nova. Ela tem sua pré-história na economia política clássica, reaparece com clareza nos *founding fathers* da constituição Norte-Americana, ganha força em Marx, é retomada por Schumpeter e volta hoje a se impor a socialistas, liberais e conservadores (Offe :1984, pp. 356-59, Runciman: 2017).

O problema é concreto, e o questionamento legítimo. As soluções propostas por essa corrente, contudo, não ficam de pé. Aqui, uma referência a um segundo ataque ao “projeto Keynes” perpetrado por Mancur Olson, sob clara influência do “Public-Choice” (Olson:1982), se faz necessária, no sentido de mostrar a sua pertinência como questão a ser enfrentada, mas, ao mesmo tempo, para demonstrar a fragilidade de sua base teórica e negar suas conclusões. E, sobretudo, como condição necessária à demonstração da pertinência e atualidade do “projeto Keynes”.

4 -Coalizões distributivas e estagnação econômica: A tese de Olson e o desafio neoliberal ao “Projeto Keynes”.

Mancur Olson, num celebrado livro publicado em 1982, reedita, aparentemente sem sabê-lo, a crítica schumpeteriana à democracia clássica, articulando-a como seu argumento anterior sobre a lógica da ação coletiva (Olson: 1965). Produz, como resultado, uma audaciosa *teoria geral da "Ascensão e declínio das nações"* (cf. Olson 1982, 1984). A ideia central que o anima não é difícil de resumir. O próprio Olson encarrega-se de fazê-lo numa entrevista concedida a revista *Challenge*, em janeiro de 1984. Ali ele diz:

"The unifying idea is that any group of firms or individuals in the economy will be able to collude or organize for collective action, only slowly, and at great difficulty, but that this collective action, once it occurs, is normally bad for efficiency, growth and macroeconomic performance" (Olson 1984, p. 15).

O argumento, repetimos, não é novo. Sua base já se encontra em Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, publicado em 1776, e, *em determinadas condições*, cobra relevância:

“Corporation laws enable the inhabitants of towns to raise their prices, without fearing to be undersold by the free competition of their own countrymen. Those other regulations secure them equally against that of foreigners. The enhancement of price occasioned by both is everywhere finally paid by the landlords, farmers, and labourers, of the country, who have seldom opposed the establishment of such monopolies” (L1: p.89).

Sua utilização, na pena de Olson, sim, é nova. Retomando, triunfalmente, proposições de Smith e transformando um condicional em imperativo, Olson postula que os grupos de pressão ou "coalizões distributivas", uma vez instituídos produzem *uma espécie lei geral da estagnação econômica e do bloqueio ao crescimento*. É uma tese que, se corroborada, constitui um desafio frontal ao “projeto Keynes” na medida em que sugere que a organização de *qualquer* grupo de interesse e sua articulação com o Estado e a política pública, ou seja,

os arranjos neocorporativistas propostos por Keynes como forma de reorganização institucional do capitalismo, está fadada a fracassar.

Não é este o lugar para uma crítica minuciosa de seus argumentos. Para isso, remeto o leitor para Mueller (1983). A demonstração da fraqueza teórica do argumento, assim como sua falta de aderência empírica são, todavia, necessárias, com o propósito de recuperar criticamente e mostrar a atualidade do *Projeto Keynes*.

Olson não parece apreciar a obra de Schumpeter. Só o cita uma única vez no livro de 1982, numa nota desacompanhada de qualquer referência bibliográfica (seu nome sequer aparece no índice [!]). É uma pena. Os ensinamentos de Schumpeter poderiam tê-lo socorrido do caleidoscópio teórico e empírico em que se envolveu¹¹. Pode-se retirar da teoria schumpeteriana da difusão das inovações, e do conceito de destruição criadora que a acompanha, um tipo de conflito inteiramente afim a esta problemática: a oposição entre "*tradição*" e "*inovação*", ou "*conservadores*" versus "*modernizadores*". Na nota supracitada Olson refere-se, muito brevemente, à teoria da inovação de Schumpeter, mas dali extrai tão poucas conseqüências que é de se aventar que ele não conheça diretamente a obra deste autor.

Há em Schumpeter toda uma discussão a respeito das resistências econômicas, sociais e psicológicas às inovações disruptivas cuja utilidade, como instrumento analítico não deve ser subestimada (Schumpeter 1912, cap. 2, 1928, pp. 68-69 por exemplo). Ela permite que se faça uma conexão dinâmica, ausente em Olson, entre os processos de transformação estrutural da esfera produtiva e as constelações de forças sócio-políticas capazes de *retardá-los ou potencializá-los*.

Esta última alternativa (potencializadora), que é aliás a própria essência dos processos de modernização industrial norte-americano, alemão e japonês tanto no século XIX quanto no pós-guerra, aparece de forma excessivamente pálida nas suas páginas. Nos três casos, a modernização e a aceleração do crescimento *foi produto da ação de grandes corporações – frequentemente cartelizadas - atuando em ambientes protecionistas e organizadas sob a forma de coalizões políticas pró-crescimento* (Para discussões dos referidos processos: Hilferding, 1910, Gerschenkron, 1962, Landes: 1969 e Johnson: 1982, Chandler et alii: 1997 e Bensel: 2000).

A moldura conceitual de Olson, por contraste, é uma "*rua de mão única*" onde só são focalizados os efeitos *negativos* das coalizações sobre o crescimento, torpedeando-o, e não o deste sobre aquelas, enfraquecendo-as. Adicionalmente, a hipótese de "*coalizões pró-crescimento*" não encontra espaço em sua argumentação.

Trata-se, enfim, de um mundo onde os "progressistas" estão sempre sendo encarcerados e derrotados pelos "tradicionalistas". Há *uma* passagem no texto que poderia ter levado o autor a revê-la. Sintomaticamente, ele se escora - a única vez que o faz - no paradigma de Schumpeter:

¹¹ Aqui há um ponto importante a ser ressaltado: o que confunde inteiramente na argumentação de Olson, e parece ter cativado muitos leitores, é que estamos, o tempo todo, diante de meias-verdades que poderiam robustecer o poder explicativo de sua análise desde que propriamente matizadas e postas como possibilidades ao invés de inexorabilidades, e *muito menos apresentadas como uma "Teoria Geral" da Ascensão e Declínio das Nações*. Acresce ao anterior que o sincretismo teórico de Olson é de difícil digestão: convivem pacificamente em suas páginas elementos tão antimônios quanto o aplauso à contribuição de Keynes e a declaração de que... "the most important macroeconomic policy implication is that the best macroeconomic policy is a good microeconomic policy" (Olson 1982, p. 233).

"But what gives rise to temporary profits? Most notably, innovations of one kind or another... And the greater the extend of the profits due to the difficulties of entry and imitation, the greater the reward to the innovation that mainly explain economic growth and progress" (Olson 1982, p. 61)

Qual a implicação do anterior? Claramente, a ausência de uma discussão dos processos de introdução e difusão de inovações, *do ponto de vista de suas implicações políticas*: como veículos da construção de coalizões políticas pró-crescimento e estabilidade social. Quanto maior for a expansão do espaço econômico criado pelas inovações, e mais *potencialmente lucrativos* os mercados gerados, ou rejuvenescidos, pelas mesmas, maior a possibilidade de *construção* de "coalizões pró-crescimento e pró-estabilidade social", e mais provável que a pressão sobre as "coalizações predatórias" neles incrustadas a cederem, e a alinharem seus "interesses especiais" ao *progresso*, ao invés de se aferrarem ao *atraso*.

Quando empresas como Edison General Electric, Dupont, Westinghouse, U.S Steel e Ford reconfiguraram o espaço econômico Norte-Americano na virada do século XIX, ou Siemens, IG Farben, Krupp, Thyssen e Daimler-Benz reproduziram o mesmo processo na Alemanha foi precisamente esse o resultado (Landes: 1969, Chandler et alii: 1997, Bense: 2000). Nas décadas de 1970 e 80, quando os *Keiretsus* japoneses e *Chaebols* coreanos arremeteram contra indústria automobilística norte-americana, é disto que estamos diante – coalizões pró-crescimento derrotando "special interests" (Johnson: 1982, Amsden: 1989).

Na virada do século XX, na medida em que Wal-Mart, Microsoft, Apple, Google, Facebook, Samsung, Netflix, Uber e Amazon ameaçam desbancar seus competidores – e suas coalizões de interesses incrustadas no processo político- em toda uma série de setores tanto de alta quanto de baixa tecnologia, o mesmo processo tende a se repetir: A *tradição* cedendo à *inovação* e "coalizões pró-crescimento" se formando e enfraquecendo "coalizões predatórias", até então poderosas, mas em vias de serem *destruídas pelas inovações disruptivas e o crescimento delas derivado*¹².

Olson, entretanto, não contempla essa dimensão do processo. Os conceitos de concorrência via inovação e *a destruição de barreiras à entrada e "coalizões predatórias"*, que deles podem ser deduzidos – e observados - não fazem parte de sua moldura analítica. O argumento schumpeteriano, por sua vez, impõe essa percepção. Através do paradigma da destruição criadora é possível postular que inovações destroem não apenas setores econômicos, mas também coalizões políticas, e grupos de interesse, e que o capitalismo corporativo analisado por Schumpeter opera através de estratégias competitivas que *potenciam a incorporação de inovações e favorecem o crescimento*. Em suma, que o capitalismo corporativo "povoado" por grupos de interesse organizados é *mais, e não menos, eficiente* do que aquele imaginado por Olson (Schumpeter 1942, caps. VII e VIII).

Por contraste, a moldura conceitual forjada por Schumpeter incorpora, como já sublinhado, a de Olson, e a supera, na medida em que admite a possibilidade de que sob a rubrica de "tradicionalistas" ou "resistentes", possam abrigar-se tanto empresários quanto

¹² "The tech firms can be a powerful source of competition. Think of Amazon threatening to take on America's rotten drug-distribution industry, or Netflix's detonation of the cable-tv racket in America. The danger of digital disrupters is forcing comfortable incumbents to raise their game, from Germany's car firms to Walmart. Meanwhile, the perception that big tech is entrenched is itself new. Facebook almost missed the mobile revolution: in 2012 it had fewer than 20 staff working on its core mobile team. Today Apple, Facebook and Google still depend on one main source of revenue. If they ever face a serious threat they could crumble" (The Economist: The Next Capitalist Revolution, 11.2018)

sindicatos que, numa perversa aliança, consigam , por exemplo , capturar o estado arrancando-lhe barreiras alfandegárias, subsídios, e feriados fiscais e outras benesses e concessões, e, assim fazendo, podem tornar, para si, lucrativo o atraso¹³. Mas a ultrapassa, sublinho, dado que enquanto para Olson essa “captura” é postulada como inevitável, e a sabotagem do crescimento tida como certa, para Schumpeter as resistências às inovações existem, mas sua existência tem tempo limitado: a concorrência, as inovações e o progresso tecnológico tendem a destruí-las ou, no mínimo, enfraquecê-las¹⁴.

Esse enfraquecimento, por sua vez, abre espaço exatamente para o tipo de reestruturação institucional apregoado por Keynes: o alinhamento dos “interesses especiais” a objetivos de política pública que atendam ao interesse geral: crescimento, consumo, emprego, produtividade, *redução de preços*¹⁵ e distribuição de renda. A expansão e o rejuvenescimento do espaço econômico decorrentes das inovações e da concorrência schumpeteriana são, dessa forma, os veículos para a reestruturação institucional proposta por Keynes.

Mancur Olson e neoliberais como Buchanan, Wagner e Tullock, tem, todavia, razão em um ponto. Os grupos de pressão e as "coalizões distributivas predatórias" existem, e, mesmo quando destruídas, tendem a se refazer (Olson: 1965,1982,1983; Buchanan & Wagner: 1977). E mais, *podem* se converter em social-rigidities e, assim fazendo, dificultar extremamente a condução de questões relativas tanto à viabilização de estratégias de desenvolvimento, quanto de distribuição da riqueza criada. Ocorre que esse era precisamente, lembro, o diagnóstico de Keynes em 1919, e é para seu equacionamento que volta sua energia e criatividade intelectual desde então (cf. Parte 1 desse ensaio a respeito).

O que a análise que precede espera ter esclarecido, é que a moldura conceitual proposta por Keynes é *insuficiente* para equacionar o problema. A mesma contém uma hipótese de “saturação do capital” incorreta, porém desnecessária, para a sua conclusão sobre a proximidade da sociedade da abundância¹⁶, e descuida dos condicionantes sócio-

¹³ “Of course, he – the entrepreneur - must still foresee and estimate on the basis of his experience. But many things must remain uncertain The third point consists in the reaction of the social environment against one who wishes to do something new. This reaction may manifest itself first of all in the existence of legal or political impediments”. (Schumpeter: 1912, cap 2 [1997: Kindle Locations 2377-2378]).

¹⁴ “The same fact stands out still better if we glance at those long waves in economic activity, analysis of which reveals the nature and mechanism of the capitalist process better than anything else. Each of them consists of an "industrial revolution" and the absorption of its effects. These revolutions periodically reshape the existing structure of industry by introducing new methods of production...” [in a] process of recurrent rejuvenation of the productive apparatus” (Schumpeter: 1942:68).

¹⁵ Observe o leitor os preços de *quaisquer* produtos afetados por progresso tecnológico em uma série histórica: *todos* sofreram reduções dramáticas. Exemplos incluem grãos, ferro, aço, plástico, energia elétrica, automóveis, linha branca, eletroeletrônicos, microchips, computadores, televisores, “smartphones” e uso de internet. A hipótese da rigidez – ou aumento - de preços com redução de oferta pertence ao universo dos modelos estáticos de oligopólio presentes nos manuais de teoria econômica neoclássica. Não fazem parte da dinâmica capitalista, salvo se forem “bens ricardianos” (os quadros de Rembrandt, mas também os preços de imóveis na Avenida Delfim Moreira) cuja oferta é fixa e o ajuste se dá, por definição, via preço.

¹⁶ Ou melhor, prejudicial ao seu argumento: Um capitalismo estacionário com eficiência marginal do capital nula estaria longe de garantir a *sustentação* da abundância conquistada. É imperativa a incorporação da moldura Schumpeteriana aqui.

políticos de suas propostas de reestruturação econômica, na medida em que a questão da *formação de coalizões políticas pró-crescimento e distribuição* não é enfrentada. Mas o anterior não significa que sua *direção* seja equivocada. A tarefa pela frente é, portanto, atualizá-la, e adaptá-la aos desafios que a evolução do capitalismo lhe impôs.

Isso posto, todavia, qual o tipo de *saída* sugerida por Olson, e pela corrente neoliberal a qual pertence? A resposta que encontramos é uma desencorajadora díade: ou uma *não-saída*, o que significa, para eles, a extensão da entropia econômico-institucional característica do cenário que postulam, ou um mal disfarçado projeto de regressão política e contração da democracia¹⁷. É precisamente nessa encruzilhada se encontram a relevância e atualidade do “projeto Keynes”.

5- Conclusão

O “desafio da captura” do Estado e da submissão da política pública a interesses corporativos privados, partidos, sindicatos e por setores da própria burocracia pública é, sem dúvida, um dos grandes desafios na organização do capitalismo contemporâneo. Como vimos, acima, Keynes os reconhece prontamente, apontando os elementos de rigidez socioeconômica introduzidas no sistema pelos processos de concentração, burocratização e corporativização da representação de interesses que ganham corpo na virada do século, como também as ameaças que representam para as práticas do liberalismo clássico.

O que, entretanto, distingue Keynes tanto da tradição autoritária do passado quanto da sua versão neoliberal atual é exatamente a conexão orgânica entre sua moldura teórica e a forma- pragmática - pela qual propunha que se lidasse com essas transformações, de modo a reorganizar esse novo tipo de capitalismo, sem comprometer o processo democrático.

Keynes, como amplamente discutido, reconhecia a formação de grupos de interesse como entidades *politicamente poderosas*, porém legítimas e inevitáveis em estados democráticos. O que sugere – ao invés do seu desmonte no bojo de uma estratégia de contração do Estado e da esfera política - é a sua organização no sentido de associar sua sobrevivência a processos e instituições orientados para o desenvolvimento e a inclusão social. Para Keynes, essa seria a única saída, repetimos, capaz de compatibilizar as tensões imanentes ao capitalismo maduro com a preservação, e gradativa ampliação, das liberdades

¹⁷ O caráter “mágico-autoritário” da solução proposta por Olson para o problema que descreve fica patente nas últimas duas páginas do livro onde escreve : “Suppose further that the message of this book was then passed on to the public through the educational system and the mass media, and that most people came to believe that the argument in this book was true. There would then be irresistible political support for policies to solve the problem that this book explains. A society with the consensus that has just been described might choose the most obvious and far-reaching remedy: *it might simply repeal all special-interest legislation or regulation and at the same time apply rigorous anti-trust laws to every type of cartel or collusion that used its power to obtain prices or wages above competitive levels. A society could in this way keep distributional coalitions from doing any substantial damage*” (1982: pp 226-7. Grifo meu). Se Keynes foi ingênuo na avaliação da complexidade das coalizões políticas necessárias para garantir a introdução das reformas por ele propostas, o que dizer de Olson? A mera difusão de sua “mensagem” seria o conduto para uma “revolução anti-grupos de interesse”? Ou, estamos diante de uma (mal) disfarçada proposta de contração da esfera política, algo a ser perpetrado por um estado forte o suficiente para quebrar a espinha de associações sindicais e patronais? Que tipo de estado, e de regime político- lhe vem à mente, leitor, diante dessa proposta?

democráticas: “We have to invent a new wisdom for a new age” era seu mantra nas décadas de 20 e 30 (1925: p. 370).

Uma última menção ao argumento de Olson me dará a oportunidade para concluir. Em um texto de 1983, quando tenta, sob o fogo da crítica, remediar a ausência da península Escandinava no livro do ano anterior, seu argumento *reforça a factibilidade e atualidade do projeto Keynes*:

"At first sight, Sweden seems to contradict predictions based on the model since that country, thought it industrialized late, has enjoyed freedom of organization and immunity, from invasion for an unusually long time....It would, were it not for the fourth general hypothesis implied by the basic model, which states that sufficiently encompassing special interest organization will internalize much of the cost of inefficient policies and accordingly have incentive *to give greater weight to economic growth* and to the interests of society as a whole. *Sweden's main special-interest organizations are unusually encompassing, especially in comparison with those in Britain and United State*" (Olson 1983, p. 32 grifos meus).

O anterior nos revela, finalmente, algo para o qual a discussão anterior já apontava: Mancur Olson e os Neoliberais em geral estão lidando não com as “*contradições inevitáveis do capitalismo democrático*”, mas, com as ineficiências de *um tipo, inferior, de capitalismo: economicamente desigual, carente de regulação, politicamente fragmentado e ideologicamente fendido*¹⁸. Keynes já o sabia...e é exatamente para sua reforma que foca sua – aguda – capacidade analítica, à qual junta sua criatividade propositiva.

Concluo assinalando quatro pontos. Em primeiro lugar, quero retificar algo que disse numa passagem da primeira parte do presente ensaio, quando chamei de *ingênuo* a concepção de democracia de Keynes. Creio que o fosse *em parte*, mas, será que não devemos encarar seu *projeto político* como o da *construção das condições para a validação da concepção clássica de democracia criticada por Schumpeter*? Vale dizer, da busca das condições nas quais os interesses especiais pudessem ser alinhados ao interesse público, condições que resultariam de consensos institucionalmente produzidos e politicamente negociados (ainda que sob arranjos neocorporativistas *democráticos*, e não necessariamente sob a rubrica da democracia liberal “clássica”¹⁹).

Em segundo lugar, quero advertir ao leitor que a avaliação amplamente positiva do legado de Keynes, e da sua atualidade, não equivale a afirmar que ele tenha concebido uma forma de “resolver” o *conflito de racionalidades* característico do capitalismo democrático maduro. Aliás, a “ciência social aplicada”, contemporânea, continua a patinar sobre essa questão. Keynes nos oferece um arcabouço conceitual orientado por essas questões, e um *roteiro de ações* para a sua *administração*. Sua contribuição a este respeito é, como procurei

¹⁸ Nesse sentido, é perturbador constatar a força da reação neoliberal-neopopulista ao “Projeto Keynes” expressa na virada à direita que observamos em tantos países incluindo Estados Unidos, Europa Oriental, América Latina – Brasil incluído – e Ásia. Por outro lado, é alentador perceber que as cabeças mais arejadas entre os liberais norte-americanos (na realidade, sua vertente mais radical: os socialistas democráticos liderados por Bernie Sanders) estejam levantando suas vozes na defesa de um programa ao estilo de Keynes como a única alternativa promissora para a nação, em 2020 (cf. Sanders: 2018).

¹⁹ O “Modelo comunitário de empresa no Japão e o sistema de co-determinação no gerenciamento das empresas alemãs são exemplos eloquentes desse tipo de arranjo (cf. Burlamaqui: 1995 para o Japão e Thelen: 1991 para a Alemanha).

demonstrar, amplamente positiva, mas insuficiente. Deve ser reestruturada a partir das críticas de Schumpeter e Brittan, e atualizada. Nesse sentido, a incorporação da discussão proposta por Peter Evans sob a rubrica do conceito de “Embedded Autonomy (Evans: 1995) é mandatária.

Em terceiro lugar, parece-me que os grandes desafios dos nossos dias residem nos seguintes fatos: (a) a financialização desgovernada, produzida pela difusão global do Consenso de Washington, tornou-se uma usina de instabilidade financeira e desigualdade social (Tymoigne and Wray: 2014, Tooze: 2018), e (b) o grande sucesso “global” no terreno da inovação o *silicon valley*, constituiu-se, simultaneamente em um poderoso cluster de evasão fiscal e vem, através do crescimento desmesurado de suas plataformas digitais, se constituindo em um potencial inibidor da concorrência, uma ameaça à privacidade via “real hacking” – tanto legal quanto ilegal- e um desafio à democracia com a torrente de “fake news” e do “tecnopopulismo” que não cessa de produzir (Foroohar: 2019, Levy: 2020).

A necessidade de outra rodada de reestruturação regulatória e institucional é evidente²⁰. Voltamos ao “Projeto Keynes”, ou melhor, à necessidade de sua atualização. Parafrazeando o autor: “We have to reinvent Keynes’ wisdom for our age”. Nada mais premente²¹.

Por fim, gostaria de deixar para o leitor, uma pergunta, e uma proposição: podemos atribuir a Keynes a autoria de um modelo endógeno de decadência do “capitalismo liberal ocidental”? ²² De minha parte, creio que sim mas não apostaria uma ficha sequer na proposição de que esta decadência incluísse, no seu pensamento, também a nênese da democracia²³. Keynes provavelmente se via como um *liberal moderno e um economista operando no limite do “status-quo” da profissão*, mas era de fato – ou tornou-se, proponho, um *heterodoxo radical e um institucionalista-social-democrata*²⁴. Advogado de um capitalismo reorganizado a partir de um conjunto de iniciativas de reforma institucional no sentido da expansão da esfera pública para disciplinar os mercados, propelier os animais

²⁰ Vale sublinhar aqui que a Ásia que “deu certo” (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China) além de países ocidentais como Canadá, Israel, e Escandinávia, os quais são exemplos de “State-oriented Capitalisms”, onde a financialização certamente ocorreu, mas foi contida.

²¹ A edição, já referida, de 17 de novembro de 2018 da revista *The Economist* tem na capa o título “*The Next Capitalist Revolution*”, e contém uma série de textos que, embora sem utilizar a argumentação aqui desenvolvida, clamam exatamente por uma reestruturação institucional do capitalismo com o objetivo de alinhar interesses e práticas corporativas predatórias com os elementos do “interesse público” perseguidos por Keynes.

²² cf. Carvalho: 2008, p 194 para uma conclusão semelhante.

²³ Quero, aliás, sugerir que, do ponto de vista da minha análise, Keynes – ao contrário de Hayek e das tradições neoliberal e neoconservadora contemporâneas - estaria mais interessado na preservação da democracia do que do capitalismo, caso lhe ocorresse a possibilidade de um *trade-off* irremovível entre ambos. Quanto a Hayek, sua declaração numa entrevista dada ao *Jornal El Mercurio* em 1981 é particularmente esclarecedora a esse respeito: “Well, I would say that, as long-term institutions, I am totally against dictatorships. But a dictatorship may be a necessary system for a transitional period. At times it is necessary for a country to have, for a time, some form or other of dictatorial power. As you will understand, it is possible for a dictator to govern in a liberal way. And it is also possible for a democracy to govern with a total lack of liberalism. *Personally I prefer a liberal dictator to democratic government lacking liberalism*” (Hayek: 1981, grifo meus) .

²⁴ cf. Carvalho: 2008, p 209 para a indicação da proximidade entre as propostas de Keynes e as práticas da Social-democracia Escandinava.

spirits, e promover uma distribuição progressiva da renda orientada pela preocupação com a promoção de justiça social.

Referências

- AMSDEN, A.H. Asia's next giant: South Korea and late industrialization. Oxford University Press.1989
- ANDERSON, P. Considerations on Western Marxism. London: NLB, 1976.
- ANDRESKI, S. Marx Weber on capitalism, bureaucracy and religion. London: G. A. & Unwin, 1983.
- BEETHAM, D.: Max Weber and the Theory of Modern Politics. Polity Press. 1985
- BELL, D: "The prospects of American capitalism: On Keynes, Schumpeter and Galbraith (in) The End of Ideology. New York: Free Press, 1960.
- BELL, D: 1976. The Cultural Contradictions of Capitalism; Basic Books.
- BENSEL RF. The political economy of American industrialization, 1877-1900. Cambridge University Press; 2000.
- BERMAN, M. All that is solid melts into the air. London: Verso 1985.
- BERNSTEIN, Eduard. Die voranssetzungen des sozialismus und die aufgaben des sozialdemokratie. Stuttgart, Dietz, 1899. (México: Siglo XXI, 1982; Rio de Janeiro, Zahar, 1964).
- BERNSTEIN, Eduard. Problem des sozialismus. Die Neue Zeit. Stuttgart, 1896-1898. (México: Siglo XXI, 1982).
- BERNSTEIN, Eduard. Der revisionismus in der sozialdemokretie. Amsterdam: M. Cohen, 1909. (México: Siglo XXI, 1982).
- BOTTOMORE, T., Goode, P. eds. Reading in Marxist sociology. Oxford: Clarendon Press, 1983.
- BRITTAN, S: "Can democracy manage an economy? in SKIDELSKY, R (ed). The end of the Keynesian era. 1977
- BUCHANAN, J. M., and WAGNER, R.: Democracy in deficit: The political legacy of Lord Keynes. Liberty Fund.1977.
- BUCHANAN, J.M. and TULLOCK, G., 1977. The expanding public sector: Wagner squared. *Public Choice*, 31(1), pp.147-150.

BURLAMAQUI, L: A Heterodoxia Marxista Revisitada. Bernstein e Tugan-Baranovsky: intérpretes precoces do capitalismo contemporâneo. Tese de Mestrado. Instituto de Economia. Unicamp, Campinas.1986

BURLAMAQUI, L: Capitalismo Organizado no Japão: uma interpretação a partir de Schumpeter, Keynes e Polanyi. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.

BURLAMAQUI, L: "Bringing the State into Schumpeter's Model: Entrepreneurial States, Socialization of Investment, Creative-Destruction management and China" in BURLAMAQUI, L and KATTEL, R (eds) .2019

BURLAMAQUI, L and KATTEL, R (eds) Schumpeter's *Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty first Century Agenda*". Routledge- 2019

CAIRNCROSS, A., 1978. "Keynes and the planned economy". (in) *Keynes and Laissez-Faire* (pp. 36-58). Palgrave Macmillan, London.

CARDIM DE CARVALHO, F : Mr. Keynes and the post Keynesians." Edward Elgar. 1992.

CARDIM DE CARVALHO, F: J. "Keynes and the reform of the capitalist social order." *Journal of Post Keynesian Economics* 31, no. 2 pp 191-212. 2008.

CECCO, M: "The Last of the Romans" in SKIDELSKY, ed: 1977

CHANDLER Jr, A, AMATORI, F , HIKINO, T (eds) : Big Business and the wealth of nations. Cambridge University Press. 1997

CHERNOMAS, R.: Keynes on post-scarcity society. *Journal of Economic Issues*, 18(4), pp.1007-1026. 1984

CLAUDIN, Fernando. La crisis del movimiento comunista. Madrid: Ruedo Ibérico, 1970, 2 v.

CRABTREE, D and THIRLWALL, A, , eds. Keynes and the Role of the State: *The Tenth Keynes Seminar Held at the University of Kent at Canterbury, 1991*. MacMillan, 1993.

COLLETTI, Lucio, NAPOLEONI, C. Il futuro del capitalismo: crollo o sviluppo ? Roma-Bari: Gius Laterza, 1970. (México: Siglo XXI, 1978).

COLLETTI, Lucio. Tra marxismo e no. Bari: Gius Laterza, 1979. (Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1983).

COLLETTI, Lucio. "Bernstein e il marxismo della seconda internazionale". *Idelogia e società* . Bari: Laterza, 1969. (Barcelona: Fontanella, 1975).

DAVIDSON P. Who's Afraid of John Maynard Keynes?: Challenging Economic Governance in an Age of Growing Inequality. Springer; 2017.

DAY, R. the crisis and the crash: soviet studies of the west (1917-1939). London: New Left Books, 1981.

DILLARD D. "A monetary theory of production: Keynes and the institutionalists". Journal of Economic Issues. Jun 1;14(2):255-73.1980.

DOMAR, E: Expansion and employment. The American Economic Review. Mar 1:34-55.1947

ENGELS, F. Vorwort und glossen zu Marx' kapital. Hamburg, 1894. b. 3. (São Paulo, Abril Cutural, 1983-85).

ENGELS, F. Vorwort zu Marx' die Klassenkämpfe in Frankreich von 1848-1850. Berlin, 1895. Moscou: Progresso, 1978, v. 1).

EVANS, P. 1995. Embedded autonomy: States and industrial transformation. Princeton University Press.

FEIERSTEIN, M- Planet Ponzi . Black Swan books. 2012.

FOROOHAR, R., 2019. Don't be Evil: The Case Against Big Tech. Penguin UK.

GALBRAITH, J. K. "The age of uncertainty. Houghton Mifflin Harcourt , 1977.

GARVY, G. "Keynes and the economic activists of pre-Hitler Germany". Journal of Political Economy, pp.391-405 .1975.

GAY, Peter. The dilemma of democratic socialism. New York: Collins Books, 1962.

GERSCHENKRON A. Economic backwardness in historical perspective: a book of essays. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press; 1962.

GORZ, André. Les chemins du paradis. Paris: Galilée, 1983.

GORZ, André. Adieux au proletariat. Paris: Galilée, 1980. (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982).

GROSSMANN, Henryk. das akkumulations und zuzamengruchsgesetz des kapitalistischen systems. Leipsig, 1929. (México: Siglo XXI, 1979).

HANSEN, Alvin H. Business cycles and national income. London: G. A. & Unwin, 1951.

HARROD, Roy F. "An essay in dynamic theory." *The economic journal* 49, no. 193 (1939): 14-33.

HARROD, R.F. Life of John Maynard Keynes." MacMillan .1951.

HEILBRONER, R.L., Economics and political economy: Marx, Keynes, and Schumpeter. *Journal of Economic Issues*, 18(3), pp.681-695.). 1984.

HILFERDING, R. *das Finanzkapital*. Munich: Weismann, 1910. (Madrid; Tecnos, 1973).

HILFERDING, R. "Die aufgaben der sozialdemokratie in dem republik". Berlin, 1927. (tradução parcial IN: BOTTOMORE, T., GOODE, P. ed. *Readings in Marxist Sociology*. Oxford: Claredon Press, 1983)

HILFERDING, R. "Probleme der zeit". *Die gesellschaft*, 1924. (Tradução parcial IN: SALSANO, Alfredo. ed. *Antologia del pensiero socialista*. Roma: Laterza, 1982).

HUNTINGTON S.P. *Political order in changing societies*. Yale University Press; 1968.

JONHSON C. *MITI and the Japanese miracle. 1925-1975*. Stanford University Press. 1982

KALECKI, M. "The problem of effective demand with Tugan-Baranovsky and Rosa Luxemburg", in : *Selected essays on the Dynamics of the capitalist economy*. Cambridge: Cambridge Press, 1971.

KAUTSKY, K. *Das Erfurter Progamme*. Stuttgart, 1892. (São Paulo: Paulista).

KAUTSKY, K. "Krisentheorien". *Die neue zeit*. Stuttgart, (20): 1901-02. (Colletti ed, *El marxismo y el derrube del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.

KAUTSKY, K. *Bernstein und das sozialdemokratische Programme:Ein antekritik*. Stuttgart, 1899. (Baecelona: Fontamara, 1975).

KEYNES, J. M: *The Economic Consequences of the Peace*, Routledge.1919.

KEYNES, J. M. *Essays in persuasion*. New York; W. Norton.1931.

KEYNES, J. M : *Collected Works of John Maynard Keynes (CWJMK)*. Moggridge, D. e Robinson, A. . eds. Macmillan (vols. VII, XVI, XIX, XXI e XXVIII). 1973-81.

KEYNES, J. M : 1925. "Am I a Liberal ? " *in Essays in persuasion*, Norton 1931.

KEYNES, J. M. 1925. "A short view of Russia." *In Essays in persuasion*, Norton.1931

KEYNES, J. M : 1926. " The End of Laisser-Faire". *in Essays in persuasion*, Norton 1931.

KEYNES, J. M and HENDERSON, H. 1929. "Can Lloyd George Do It?." In *Essays in persuasion*, Norton. 1931

KEYNES, John Maynard. 1930. "Economic possibilities for our grandchildren." In *Essays in persuasion*, pp. Norton. 1931

KEYNES, J. M. *Treatise of Money*. London: Mac Millan, 1930. 2 volumes.

KEYNES, J. M. "The dilemma of modern socialism." *The Political Quarterly* 3, no. 2 : pp 155-161. 1932.

KEYNES, J. M. "The balance of payments of the United States." *The Economic Journal* pp 172-187.1946.

KEYNES, J. M : 1973-81. Collected Works of John Maynard Keynes (CWJMK). Moggridge, D. e ROBINSON, A. . eds. Macmillan (vols. VII, XVI, XIX, XXI e XXVIII).

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London: MacMillan, 1973 (original de 1936: São Paulo: Abril Cultural, 1983).

KEYNES, J. M : *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*". Abril Cultural. 1983

KEYNES, J. M: *As Consequências Econômicas da Paz*, . Editora UNB. 1984

KEYNES, Milo. ed. *Essays on John Maynard Keynes*. Cambridge: The University Press, 1975.

KNEI-PAZ , B: *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Clarendon Press. 1978.

KREGEL. J: *Economic Development and Financial Fragility – Selected Essays* ((Edited by Kattel, R). 2014.

KRIPPNER, G. *Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance*. Harvard University Press. 2001.

LABINI, M, "A conservative Marxist" at Harvard- the influence of Joseph A. Schumpeter on Paolo Sylos Labini. *Journal of Evolutionary Economics* Volume 25 issue 1 2015

LABINI, P. S. *Il problema dello sviluppo economico in Marx e Schumpeter*. In: Papi G (ed) *Teoria dello sviluppo economico*. Milano, 1954.

LANDES D.S. *The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*. Cambridge University Press. 1969

LENIN, V. I. *Escritos econômicos 1893-1899*. México: Siglo XXI, 1974. 3volumes.

LENIN, V.I- *Imperialism- The Highest Stage Of Capitalism*. Prager. 1917

- LEVY, S., 2020. Facebook: The Inside Story. Blue Rider Press.
- LUXEMBUG, R. Die akkumulation des kapitals. Berlin, 1913. (Rio de Janeiro, Zahar, 1976).
- MAIER, C. S. Recasting bourgeois Europe: stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I. Princeton University Press, 1981.
- MAIER: C.S. "Economic consequences of the peace, social consequences of the war. Contemporanea 12(1): 157-63.2009
- MARRAMAO, G. Il politico e le trasformazioni. bari: De Donato, 1979. (Siglo XXI, 1982).
- MARX, Karl. Grundrisse der kritik des politischen okonomie:1857-58. Berlin: Dietz, 1953 (México: Siglo XXI, 1977).
- MARX, Karl. Das Kapital. Hamburg. 1867. 1885, 1894. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974; Abril Cultural, 1983-85).
- MINSKY, H: Can "It" Happen Again? Sharpe. 1982
- MINSKY, H: Stabilizing an Unstable Economy. Mc Graw Hill. 1986.
- MUELLER. D. C . (ed) The Political Economy of Growth. Yale University Press. 1983.
- NEGRI, A. "JK. M. Keynes et la theorie capitaliste d'état en 1929". IN: La classe ouvrière contre l'état. Paris: galigée. 1978.(Orig. Milano: Feltrinelli. 1972).
- NESVETAILOVA, A: Fragile Finance Debt, Speculation and Crisis in the Age of Global Credit Palgrave. 2007
- OFFE, C. "Competitive party democracy and the keynesian welfare state: some reflections upon their historical limits". Policy Sciences, 1983.
- OLSON, M: Logic of collective action: Public goods and the theory of groups. Harvard University Press, 1965.
- OLSON, M: Olson, Mancur. The rise and decline of nations: Economic growth, stagflation, and social rigidities. Yale University Press, 1982.
- OLSON, M: "Response to my Critics" in MUELLER. D. C . (ed) The Political Economy of Growth. 1983
- OLSON, M: "Why nations rise and fall." *Challenge* 27, no. 1, 15-23. 1984.

PECCHI L, and PIGA G. (eds)Revisiting Keynes: economic possibilities for our grandchildren. The MIT Press; 2008 .

POLANYI, Karl. The Great Transformation. 1944. (Rio de Janeiro, Campus, 1980).

RATHENAU, Walter. Die Neue Wirtschaft. 1919 (Tradução italiana : Torino: Einaudi, 1976).

RUNCIMAN D. How democracy ends. Basic Books; 2018.

SANDERS, B: Our Revolution, Thomas Dunne Books. 2018.

SCHEFOLD, B. "The General Theory for a totalitarian state? a note on Keynes's preface to the German edition of 1936." . Cambridge Journal of Economics, 1980.

SCHUMPETER, J.A. Zur soziologie des imperialismus. Tübingen: JCB Mohr, 1919. (Tradução brasileira: Rio de Janeiro: Zahar, 1961).

SCHUMPETER, J.A. "The instability of capitalism". The Economic Journal. 1927

SCHUMPETER, J.A. Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process. New York: Mac-Graw Hill, 1939.

SCHUMPETER, J.A. Capitalism, Socialism and Democracy. New York: G.A. & Unwin, 1942. (Rio de Janeiro, Zahar, 1984).

SCHUMPETER, J.A. "John Maynard Keynes (1883-1946)." IN: Ten great economists from Marx to Keynes, New York: Oxford University Press, 1947.

SKIDELSKY, R (ed). The end of the Keynesian era: essays on the disintegration of the Keynesian political economy. New York: HM Holmes & Meier Publishers, 1977.

SKIDELSKY, R: . John Maynard Keynes Vol 1: "Hopes Betrayed, 1883–1920. Vol. 1 of. Viking Press. 1983.

SKIDELSKY, R: John Maynard Keynes. Vol. 2: The Economist as Savior, 1920-1937.Allen Lane-- Penguin. 1992.

SKIDELSKY, R: Skidelsky, Robert. John Maynard Keynes. Vol 3: Fighting for Britain, 1937-1946. Viking Press. 2000.

SKIDELSKY, R and SKIDELSKY E,. How much is enough?: Money and the good life. Penguin UK; 2011.

SMITH, A. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. Public Domain Books. 1776 (Kindle Edition).

STEINDL, J. : Maturity and stagnation in American capitalism. NYU Press; 1952.

THE ECONOMIST: The Next Capitalist Revolution. 17.11.2018.

THELEN, K.A. Union of parts: Labor politics in postwar Germany. Cornell University Press; 1991.

TOOZE, A: The wages of destruction. The making and breaking of the Nazi economy. 2006.

TOOZE: 2018: Crashed -How a decade of financial crises changed the world. Penguin.

TUGAN-BARANOVSKY, M. I.. Promyshlennye krisis v sovremennoi angli ikl prichiny ivianil na narodminis zhizn s. I.N. Skoroklodova, 1894. (Tradução francesa: Paris: Giard & Briere, 1913).

TUGAN-BARANOVSKY, M. I..Teoreticheskiya osnovi marksima. S. Petesburg, 1905. (Tradução espanhola: Madrid: REUS, 1921).

TUGAN-BARANOVSKY, M. I.. Sovremennyi sotsialism v svoen istoricheskom razvitii. 1906. (Tradução espanhola: Madrid: REUS, 1921).

TYMOIGNE, E. and WRAY, L.R., 2014. The Rise and Fall of Money Manager Capitalism: Minsky's half century from world war two to the great recession. Routledge.

TULLOCK G. The politics of bureaucracy. Public Affairs Press; 1955.

VON MISES, L:- The Causes of the Economic Crisis_ And Other Essays Before and After the Great Depression. L Von Mises Institute. 2006.

WHIMSTER S, LASH S. (eds): Max Weber, rationality and modernity. Routledge; 1987.

YAMAMURA, K: Too Much Stuff: capitalism in crisis. Policy Press; 2018.